



AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA NO AMAPÁ: MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA E MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

ABRIL 2022



AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA NO AMAPÁ: MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA E MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

Este trabalho faz parte do “Projeto Quilombo Solidário: Renda e Produção”, uma parceria entre a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá (CONAQ-AP), Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e Instituto Clima e Sociedade (ICS).

Neste material, é apresentado a matriz de interpretação analítica contendo os problemas, causas, consequências e alternativas de ação (de até 2 anos), para o fortalecimento da produção e de estratégias de comercialização dos produtos da agricultura familiar quilombola. Aqui também está apresentado o diagrama de Venn, instrumento escolhido para visualizar graficamente as relações de proximidade das instituições que atuam com agricultura familiar quilombola e com o movimento quilombola do Amapá. As coletas de dados fazem parte do trabalho entre a ECAM e a CONAQ/AP.

MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA

A matriz foi construída, em oficina participativa realizada em dezembro de 2021, a partir dos problemas, dificuldades e desafios levantados no diagnóstico, junto a 51 comunidades/associações quilombolas do Amapá, no período de agosto (2020) a fevereiro (2021) — estudo disponível em: ecam.org.br/diag-prod-ap/

A prática da agricultura familiar representa uma importante fonte de renda para as comunidades quilombolas do Amapá.

A matriz foi construída a partir da reflexão dos seguintes tópicos:

1. Problemas: os desafios e dificuldades sobre a produção da agricultura familiar quilombola (em todas as etapas de produção), que foram identificados no levantamento primário junto às associações/comunidades da pesquisa.

2. Causas: descrição das principais causas para os problemas identificados.

3. Consequências: detalhamento dos principais efeitos, decorrentes dos problemas identificados.

4. Alternativas de ação: a partir dos problemas, suas causas e consequências, os participantes levantaram ações prioritárias de curto prazo (2 anos) para amenizar ou resolver os problemas identificados no diagnóstico.

Esperamos que este instrumento possa apoiar as comunidades, associações, movimento quilombola e parceiros que visam fortalecer a agricultura familiar quilombola no Amapá.

Agora, vamos conferir as informações e estratégias levantadas?

PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	AÇÕES DE CURTO PRAZO (ATÉ 2 ANOS)
BAIXO ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA	<ol style="list-style-type: none"> 1) Pouco contato com organizações públicas que prestam assistência técnica gratuita. 2) Burocracia do governo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Baixa produtividade. 2) Pouco acesso a capacitações e acompanhamento técnico de melhores práticas de produção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Estabelecer um conselho/comitê para contatar o estado e oficializar a necessidade de assistência técnica das comunidades quilombolas. A CONAQ poderia liderar esse contato com o estado. 2) Verificar o zoneamento utilizado pelo RURAP. 3) Oficializar os pedidos de ATER para as organizações jurídicas.
DIFICULDADES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ORGANIZAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1) Pouco tempo disponível para as atividades de gestão da organização. 2) Baixo acesso a ferramentas de gestão administrativa aplicáveis a realidade da agricultura familiar quilombola. 3) Modalidade de pessoa jurídica disponível não é adequada à gestão da produção agropecuária quilombola. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Dificuldades em manter documentação em dia. 2) Baixa participação de associados nas atividades propostas pela organização. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Buscar capacitações voltadas à gestão das organizações relacionadas às atividades produtivas. 2) Discutir a possibilidade de criação de uma organização jurídica específica voltada à produção (ex.: cooperativa, etc.).
PRECÁRIA INFRAESTRUTURA PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1) Baixo investimento dos poderes públicos em manutenção das vias de acesso às comunidades. 2) Falta de recursos para a adaptação e/ou aquisição de veículos e embarcações para o escoamento da produção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Redução no volume de produtos comercializados. 2) Perda da qualidade de produtos no transporte. 3) Redução da área produtiva. 4) Menor ingresso de recursos financeiros pela venda da produção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Oficializar o pedido de manutenção das estradas junto à prefeitura e estado. 2) Reivindicar uma agenda específica, com a Secretaria Estadual de Agricultura, para solicitar apoio com infraestrutura que auxilie o escoamento da produção.
BAIXA QUALIDADE DA PRODUÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1) Baixo acesso à assistência técnica agropecuária. 2) Pouca disponibilidade de insumos agrícolas adequados (adubos, água, outros). 3) Falta de recursos financeiros para qualificar a estrutura de produção disponível (armazéns, estufas, outros). 4) Baixa disponibilidade de sementes e mudas de alta produtividade e adaptadas aos solos utilizados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Perda de produção. 2) Baixo preço pago nos produtos devido à perda de qualidade. 3) Diminuição do investimento de mão de obra em cultivos que possuem potencial comercial. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realizar um intercâmbio e capacitação sobre conservação e multiplicação de sementes tradicionais. 2) Mapear as sementes tradicionais cultivadas nas comunidades quilombolas e criar um banco de sementes para preservá-las e multiplicá-las. 3) Reivindicar assistência técnica. 4) Oficializar pedidos de mudas e sementes para organizações (ex. Embrapa).
BAIXOS PREÇOS PAGOS PELA PRODUÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de estrutura adequada para o armazenamento da produção no período de entressafra. 2) Baixo capital de giro. 3) Preferência por mercados e atravessadores que pagam a produção à vista, porém com preço menor. 4) Não valorização da produção da Agricultura Familiar Quilombola. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Diluição do investimento financeiro e de mão de obra nas áreas de cultivo e/ou coleta. 2) Pouco lucro para o agricultor quilombola. 3) Redução dos ingressos financeiros das famílias. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Buscar capacitações sobre adequação da produção às exigências da vigilância sanitária. 2) Realizar campanhas sobre os diferenciais da produção da agricultura quilombola (ex. selo quilombola). 3) Adaptar as embalagens e rótulos com informações sobre as comunidades/associações produtoras. 4) Debater sobre a fundação de uma cooperativa.

PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	AÇÕES DE CURTO PRAZO (ATÉ 2 ANOS)
<p>BAIXOS VOLUMES PRODUZIDOS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Baixa disponibilidade de sementes e mudas de alta produtividade e adaptadas aos solos utilizados. 2) Pouca disponibilidade de mão de obra. 3) Pouca disponibilidade de insumos agrícolas adequados (adubos, água, outros). 4) Falta de equipamentos e máquinas para a produção, como por exemplo: trator, roçadeiras, irrigação. 5) Diminuição da área de produção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Redução dos ingressos financeiros das famílias. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Oficializar o pedido de equipamentos agrícolas (ex. trator, arado, grade) para as instituições públicas. 2) Mapear parcerias para obter mecanização agrícola para as roças (ex. prefeitura, ONG's, empresas, etc.). 3) Oficializar pedidos de mudas e sementes para organizações (ex. Embrapa). 4) Realizar coleta de solos para analisar possibilidades de melhorias nas roças. 5) Fortalecer o movimento quilombola na reivindicação da titulação dos territórios quilombolas.
<p>FALTA DE REGISTRO DE PRODUTOS NA VIGILANCIA SANITARIA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de recursos financeiros para a adaptação e/ou construção de estruturas passíveis de serem certificados pela vigilância sanitária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Pouco acesso a mercados que exigem produtos reconhecidos pela vigilância sanitária. 2) Comércio informal pode oferecer menores preços pela produção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realização de capacitação sobre o passo a passo para a certificação da vigilância sanitária. 2) Contactar o RURAP para qualificação sobre a produção para atender às normas da vigilância sanitária. 3) Elaboração de projetos voltados à obtenção de infraestrutura adequada que atenda as normas da vigilância sanitária. 4) Passo a passo para obtenção de crédito nos bancos (públicos e privados) para apoio à produção (infraestrutura).
<p>PRECÁRIA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA (EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS, CÂMARA FRIA, MOTORES etc.) PARA O BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO DA PRODUÇÃO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Baixa disponibilidade de recursos financeiros próprios. 2) Falta de acesso a financiamentos e projetos que possam viabilizar a aquisição para investir em infraestrutura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Baixa produtividade. 2) Menor agregação de valor à produção agropecuária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaborar projetos voltados à obtenção de infraestrutura, adequada, que atenda as normas da vigilância sanitária. 2) Estudar passo a passo para obtenção de financiamento de infraestrutura produtiva. 3) Desenvolver parcerias com órgãos de extensão rural e/ou de pesquisa para o desenvolvimento de capacitações em melhores práticas de beneficiamento da produção.

PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	AÇÕES DE CURTO PRAZO (ATÉ 2 ANOS)
<p>FALTA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A PRODUÇÃO DE ALGUMAS CULTURAS</p>	<p>1) Perda de recursos financeiros e do tempo investido em mão de obra ao produzir e/ou processar a produção agrícola de forma inadequada.</p>	<p>1) Baixa produtividade. 2) Aumento do custo de mão de obra investida, se comparado a baixa produtividade.</p>	<p>1) Oficializar os pedidos de ATER para as organizações. 2) Fazer correção de solo (ex: aplicação de adubo, etc.) mediante receita específica de profissional (extensionista rural, agrônomo, etc.). 3) Estimular quilombolas na inserção à universidade e cursos técnicos agrícolas. 4) Reivindicar cursos de ciências agrárias/educação nos polos de universidade quilombola.</p>
<p>DISPONIBILIDADE DE MÃO DE OBRA</p>	<p>1) Poucas perspectivas de jovens obterem remunerações satisfatórias, a partir da atuação na propriedade. 2) Dificuldade no deslocamento de jovens à cidade, para dar continuidade aos estudos.</p>	<p>1) Diminuição das áreas de cultivo. 2) Perda da sustentação financeira das famílias.</p>	<p>1) Desenvolver ações culturais que valorizem a produção agrícola das comunidades quilombolas. 2) Buscar oportunidades de capacitações em tecnologias que agreguem valor à produção. 3) Reforçar com a juventude, a importância das comunidades para o fortalecimento da cultura e da história quilombola.</p>
<p>BAIXO ACESSO À CRÉDITO PARA INVESTIMENTO NA PRODUÇÃO</p>	<p>1) Falta de documentação que habilite o acesso a crédito. 2) Precário acesso a informações sobre créditos disponíveis. 3) Detentores de políticas de crédito não priorizam o atendimento às comunidades quilombolas.</p>	<p>1) Baixo investimento em infraestrutura de produção e beneficiamento. 2) Pouco capital de giro disponível para novos investimentos.</p>	<p>1) Estabelecer parcerias para a regularização fiscal das organizações comunitárias e buscar acessos a projetos e créditos. 2) Mapear créditos financeiros disponíveis (públicos e privados) às comunidades tradicionais. 3) Promover a estruturação das atividades produtivas das comunidades e reivindicar o retorno de políticas públicas de fomento à produção.</p>
<p>FALTA DE ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA REGULAR</p>	<p>1) Falta de investimento do poder público em distribuição de energia elétrica rural. 2) Falta de manutenção regular no posteamento. 3) Geradores antigos que não conseguem abastecer a demanda crescente de energia elétrica pelas famílias.</p>	<p>1) Impossibilidade de manter produtos que exigem refrigeração. 2) Alto custo com o uso de combustível fóssil para a manutenção de geradores. 3) Queima de equipamentos que dependem de energia para a produção. 4) Acidentes elétricos (membros das comunidades tentando fazer a manutenção ou o retorno da energia).</p>	<p>1) Mapear a situação de acesso à energia das comunidades quilombolas do estado (mapa de acesso à energia). 2) Reivindicar o acesso à energia elétrica para todas as comunidades (ex. Cunani). 3) Buscar projetos e capacitações de instalação de energia solar. 4) Entender sobre financiamentos específicos de bancos para acesso a energia solar. 5) Reivindicar que membros das comunidades sejam contratados pela empresa de energia (com capacitação) para realizar a constante manutenção.</p>

PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	AÇÕES DE CURTO PRAZO (ATÉ 2 ANOS)
<p>BAIXO ACESSO À TECNOLOGIAS (Ex: TRATOR, ESTUFA, IRRIGAÇÃO, INSUMOS ORGÂNICOS, ETC)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de capital de giro. 2) Falta de acesso a financiamentos e projetos de fortalecimento da agricultura familiar. 3) Baixo acesso a assistência técnica agropecuária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Diminuição da produtividade e da área de cultivo. 2) Baixa qualidade da produção. 3) Muito gasto em mão de obra. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ampliar a realização de mutirões para o desenvolvimento das atividades produtivas. 2) Buscar projetos que apoiem o acesso a tecnologias apropriadas à agricultura familiar. 3) Reivindicar ATER que atue com o uso de tecnologias.
<p>BAIXA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE COMPRAS PÚBLICAS DE PRODUÇÃO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de documentação que habilite o acesso à programas de compras públicas. 2) Baixa organização social. 3) Falta de orientação técnica. 4) Órgãos gestores de programas de compras públicas não priorizam o atendimento às comunidades quilombolas. 5) Burocracia para o acesso aos programas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Perda de oportunidades de acessar mercados regulares. 2) Diminuição do valor recebido pela produção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Garantir que todas as comunidades tenham acesso aos editais: fortalecimento da divulgação sobre os editais. 2) Reivindicar que seja divulgado nos meios de comunicação (rádios, televisão, etc.). 3) Entender o passo a passo para o acesso aos programas (RURAP). 4) Buscar parceiros para assessorar no acesso e submissão de projetos aos editais (e preparar representantes para a continuidade na assessoria). 5) Realizar um intercâmbio de aprendizagem junto às comunidades que já acessam os programas. 6) Reivindicar, junto ao RURAP, assessoria técnica para o desenvolvimento de projetos que possam ser submetidos a editais. 6) Buscar parcerias com universidades que possam apoiar o desenvolvimento de projetos.





MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

Aqui é apresentado um mapeamento das instituições que atuam e/ou apoiam comunidades quilombolas na temática da agricultura familiar quilombola no Amapá. A representação gráfica pode contribuir para o fortalecimento das parcerias institucionais já existentes e também criar estratégias para novas parcerias.

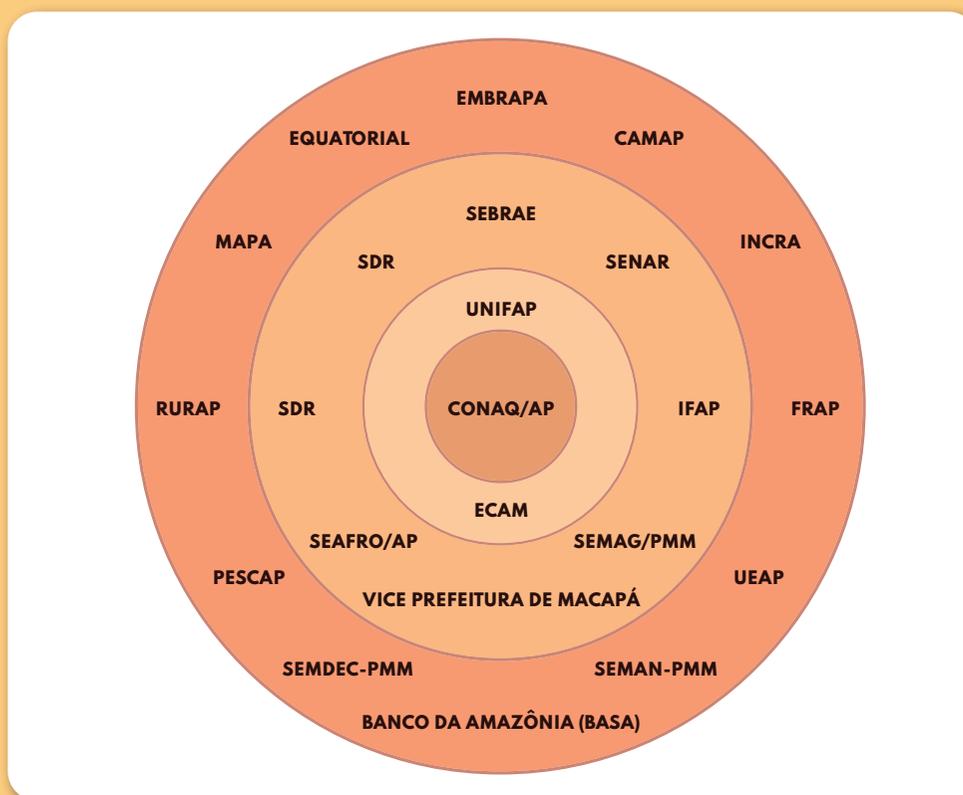
O mapeamento foi feito, em oficina participativa realizada em dezembro de 2021, a partir da construção da matriz analítica da produção, para identificar as relações existentes entre a CONAQ/AP e as diversas instituições públicas e privadas e que atuam no terceiro setor nas áreas de fomento, assistência técnica, educação e pesquisa em temas ligados a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

A partir da identificação das organizações importantes para o fortalecimento das atividades agrícolas, os participantes refletiram de forma coletiva classificaram as organizações com as seguintes categorias em relação ao nível de atuação:

Frequente (próximo ao centro do diagrama e à CONAQ/AP).

Eventual (ao redor do centro do diagrama, mas não próximo à CONAQ/AP)

Raro (nas margens do diagrama e mais distantes da CONAQ/AP).



Nível de proximidade com a CONAQ/AP de organizações que atuam direta ou indiretamente com agricultura familiar no estado do Amapá.

ORGANIZAÇÃO**INFORMAÇÕES PARA CONTATO**

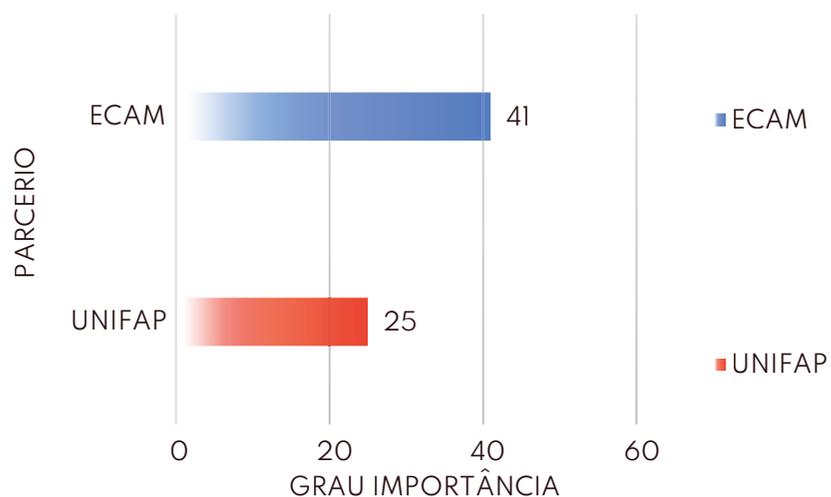
EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA - ECAM	Endereço: SAS Quadra 03, Bloco C Ed. Business Point, Sala 303, Brasília-DF CEP: 70070-030 Telefone: (61) 3323-7863 Site: ecam.org.br/
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP	Endereço: Rod. Juscelino Kubitschek, km 02 – Jardim Marco Zero, Macapá – AP CEP:68903-419 Telefone: (96) 3312-1700 Site: http://www.unifap.br/
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE	Endereço: Av. Ernestino Borges, 740 - Julião Ramos, Macapá - AP CEP: 68908-198 Telefone: 800 570 0800 WhatsApp Site: https://www.sebrae.com.br/
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL / AP - SENAR	Endereço: Av. Diógenes Silva, 2045 - Buritizal, Macapá - AP CEP: 68900-000 Telefone: (96) 3242-1055 Site: https://www.senar-ap.org.br/
VICE PREFEITURA DE MACAPÁ - PMM	Endereço: Av. Fab, 349-567 - Santa Rita, Macapá - AP CEP: 68901-259 Telefone: (96) 3213-1015 Site: https://www.prefeiturademacapa.org.br
O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP	Endereço: Rodovia BR-210, Km 03, S/n - Brasil Novo - AP CEP: 68909-398 Telefone: (96) 3198-2150 Site: https://ifap.edu.br/
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AFRODESCENDENTES - SEAFRO/AP	Endereço: R. Gen. Rondon, 1119 - Central, Macapá - AP CEP: 68900-082 Telefone: (96) 3014-3873 Site: http://www.seafro.ap.gov.br/
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR	Endereço: Avenida Fab, 85, Centro - Macapá-AP CEP: 68906-000 Telefone: (96) 2101-32170 / 2101-3204 / 99123-4949 E-mail: sdr@sdr.ap.gov.br
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAG/PMM	Rua Manoel Eudoxio Pereira, nº 2438, TREM, Macapá/AP CEP:68901-150 Telefone: (96) 3213-1254 (96) 3213-1256 (96) 3213-1255 E-mail: semag.pmm@gmail.com Site: https://macapa.ap.gov.br/unidade-administrativa/semag/
BANCO DA AMAZÔNIA - BASA	Endereço: Av. Presidente Vargas 800 Macapá-AP CEP: 68.900-070 Telefone: 4008-3888 / 0800-727 72 28 Site: https://www.bancoamazonia.com.br/

ORGANIZAÇÃO**INFORMAÇÕES PARA CONTATO**

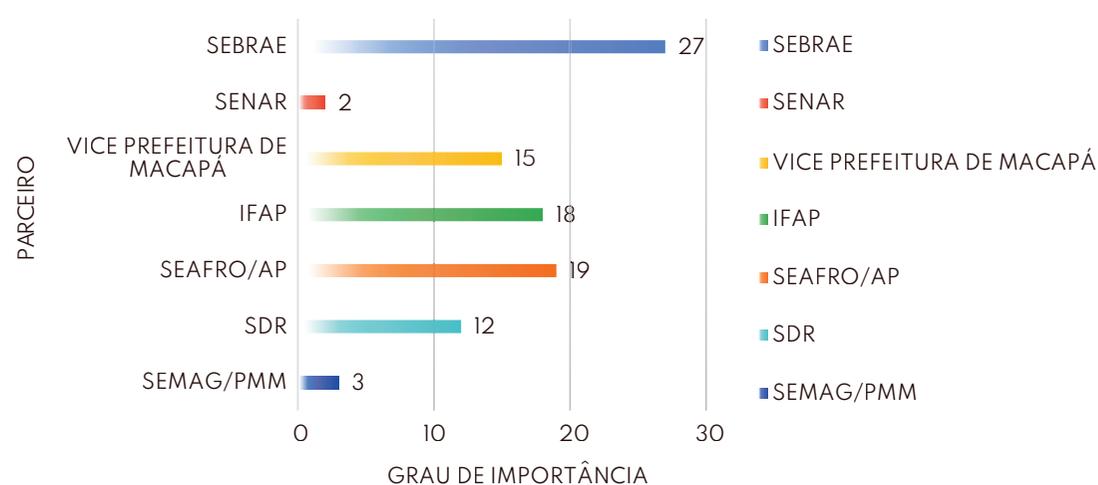
O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO AMAPÁ - FRAP - FRAP	Endereço: Rua Candido Mendes, 1111, Central - Macapá - AP CEP: 68900-100 Telefone: (96) 3222-7976
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MACAPÁ - SEMAM / PMM	Endereço: Av. Raimundo Álvares da Costa, 2800 - Central, Macapá - AP CEP: 68900-074 Telefone: (96) 8802-8647 Facebook: https://pt-br.facebook.com/pg/semam.semam.1/posts/
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEMDEC/PMM	Endereço: Av. Cônego Domingos Maltês, 1194 - Santa Rita, Macapá - AP CEP: 68901-295 Telefone: (96) 3213-1137 Site: https://www.prefeiturademacapá.org.br
AGÊNCIA DE PESCA DO ESTADO DO AMAPÁ - PESCAP	Endereço: Av. Mario Cruz, 19 C - Central, Macapá - AP CEP: 68900-740 Site: http://www.pescap.ap.gov.br/
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ -UEAP	Endereço: Av. Pres. Vargas, 650 - Central, Macapá - AP CEP: 68900-070 Telefone: (96) 2101-0506 Site: http://www.ueap.edu.br/
INSTITUTO DE EXTENSÃO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP	Endereço: BR 156, km 02 – S/N - Bairro São Lázaro, Macapá-AP CEP: 68 909-130 Telefone: (96) 99149-5229 Site: http://www.rurap.ap.gov.br
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO REFORMA AGRÁRIA - INCRA	Endereço: R. Adílson José Pinto Pereira, 1409 - São Lázaro, Macapá - AP CEP: 68908-571 Telefone: (96) 3251-7987 Site: https://www.gov.br/incra/pt-br
EQUATORIAL ENERGIA	Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 1900 - Central, Macapá - AP CEP: 68900-913 Telefone: (96) 3212-1300 Site: https://www.equatorialenergia.com.br/
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA	Endereço: Rua Tiradentes, número 469 Bairro Central Macapá/AP CEP: 68906-380 Telefone: (96)-3223-3075 / 3222-0282 Email: gab-ap@agricultura.gov.br Site: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/sfa/amapa-ap
CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DO AMAPÁ - CAMAP	Endereço: R. Santos Dumont, 4125 - Muca, Macapá - AP CEP: 68902-230 Telefone: (96) 98404-1144 Facebook: https://www.facebook.com/camcapamapa
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	Endereço: Rod. Josmar Chaves Pinto, Km 5, nº 2.600 - Universidade, Macapá - AP CEP: 68903-419 Telefone: (96) 3203-0200 Site: https://www.embrapa.br/

O fato de uma organização estar distante dos agricultores quilombolas, não significa que ela não seja importante. Dessa forma, os participantes classificaram também as organizações por ordem de importância para o fortalecimento da produção. Verificou-se, também, as relações entre o grau de importância das organizações e sua proximidade com a CONAQ/AP, como pode ser visto nos gráficos abaixo:

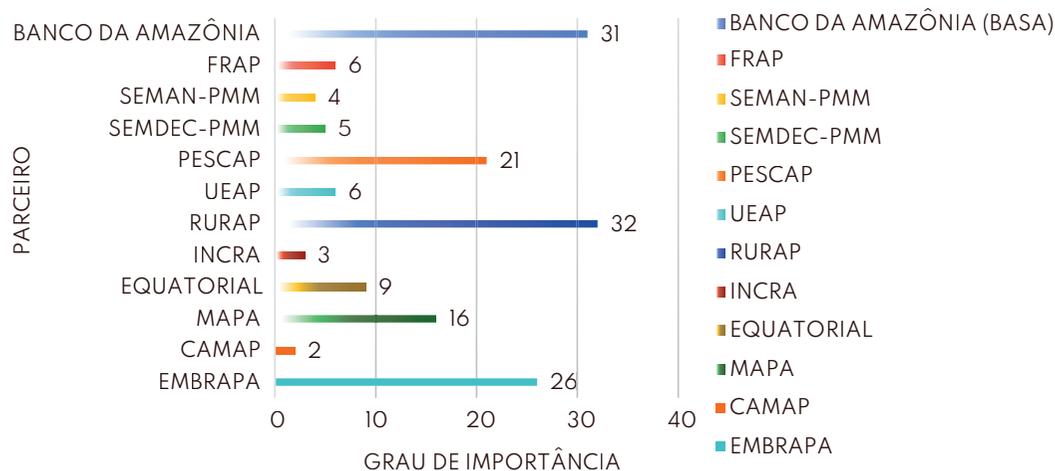
GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS PARCEIROS DE PROXIMIDADE NÍVEL 1



GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS PARCEIROS DE PROXIMIDADE NÍVEL 2



GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS PARCEIROS DE PROXIMIDADE NÍVEL 3



A representação gráfica do mapa de aliados permite a CONAQ/AP e comunidades, de forma simplificada, traçar planos para aproximar das organizações que foram classificadas como importantes e que se encontram distantes. Mas é importante destacar que o nível de importância de uma organização pode se modificar ao longo do tempo, dependendo também das possíveis mudanças que os projetos passam em seus desenvolvimentos.

Considera-se que esta ação contribui com um panorama inicial para possíveis parcerias a serem estabelecidas pela CONAQ/AP, entretanto, outras reflexões devem ser realizadas para aprimorar a estratégia de atuação das comunidades quilombolas.

As relações com os parceiros de nível 1 estão boas? Podem melhorar?

Quais parceiros vistos como importantes para as comunidades nos níveis 2 e 3 precisam estar mais próximos? Em que ações estes parceiros potenciais podem aportar? Como fazer essa aproximação?

Para responder a estes questionamentos é fundamental que a CONAQ/AP mobilize agricultores quilombolas, por meio de fóruns ou grupos de discussão, para que possam debater os caminhos a serem seguidos para aproximar-se às organizações listadas no diagnóstico!

"A Matriz veio para sistematizar as informações sobre a nossa produção e vai, com certeza, trazer mais segurança sobre o que a gente realmente produz e sobre a nossa produção técnica. E isso é muito bom, porque estamos no mercado e podemos sim ocupar espaço ao lado das grandes empresas que atuam nas áreas rurais do Amapá".

Núbia Cristina, coordenadora da CONAQ-AP.



AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA NO AMAPÁ: MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA E MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

